

Estratégia de Desenvolvimento Local

NOME BENEFICIÁRIO	GAL-ADDLAP
NIFAP	7406917
DESIGNAÇÃO	ADDLAP 2030 - Rural Urbano: Conexão e Resiliência
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. Síntese

A EDL ADDLAP 2030 está a ser desenvolvida, tendo por base, um diagnóstico e uma análise SWOT que cobrem as temáticas tidas como pertinentes para o desenvolvimento integrado do território. Assegurará a evolução da EDL em fase de encerramento, de forma a trabalhar o aprofundamento e a continuidade de um processo de desenvolvimento local que se quer ver crescer, sem ruturas desnecessárias, mas com a capacidade de se ajustar aos novos tempos e às novas orientações de política, bem como ao trabalho de participação já efetuado: entrevistas, reuniões, workshops com parceiros, aliados do território e população em geral. Esta 1ª Fase está focada na qualificação das parcerias para o reconhecimento como GAL e na apresentação de uma estratégia local de desenvolvimento local, que corresponde a uma macro estratégia territorial.

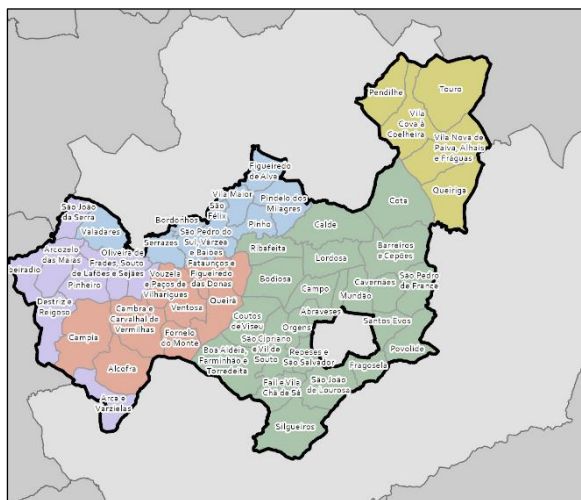
Estamos perante uma EDL de vertente rural, cujo foco temático é *ADDLAP 2030 com uma identidade rural e urbana forte, caracterizada pela conexão e resiliência, travejada pela Economia da Terra, Ruralidade Moderna, Território de Bem Estar e Coesão e Marcas do Território*.

Tem como suporte, a boa conservação dos recursos do território (identitários e patrimoniais) e por uma cooperação interterritorial promotora do bem-estar geral, onde a prioridade ao emprego, à cultura, à educação e à saúde, à qualidade de vida em sentido lato, se assumem como oportunidades distintas. Pretende valorizar os sectores de especialização que são os pilares de intervenção – terra, água, floresta e montanha. Centra-se na terra que nos une e onde vivemos, sustentada pela cooperação, conexão e resiliência. Encontra-se alinhada com as necessidades do OE 8 do PEPAC e revela articulação com a RIS3Centro, POCentro e a EIDT Viseu Dão Lafões.

Como, nos dias de hoje, o local não se pode dissociar do global, a EDL definida contribui também, para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que fazem parte da Agenda 2030 da ONU, com especial destaque para os seguintes: 3 - Saúde de Qualidade, 4 – Educação de Qualidade, 7 – Energias Renováveis e Acessíveis, 8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico, 9 – Indústria Inovação e Infraestruturas, 10 – Reduzir as Desigualdades, 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12- Produção e Consumo Sustentáveis, 13 - Ação Climática e 15 – Proteger a Vida Terrestre.

2. Caracterização do território

O território de intervenção da ADDLAP abrange 5 concelhos da NUTS III Viseu Dão Lafões, integrantes da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL), nomeadamente Oliveira de Frades, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela. A proposta de limites de atuação do GAL inclui 53 freguesias rurais de acordo com o Anexo II do Aviso de Concurso Nº 02/10.1.1/2023. dos concelhos supramencionados, totalizando assim 1.117,5 km².



De relevar que no concelho de São Pedro do Sul, as freguesias rurais de Manhouce, Sul, UF de Carvalhais e Candal, UF de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões e UF de São Martinho das Moitas e Covas do Rio não pertencem ao território de intervenção da ADDLAP, uma vez que integram o GAL ADRIMAG. No concelho de

Viseu as freguesias urbanas, nomeadamente Ranhados, Rio de Loba e Viseu, também não correspondem a territórios de intervenção da ADDLAP.

O território de intervenção do GAL ADDLAP implantado em pleno Vale de Lafões estende-se por três unidades de paisagem que compreendem Dão - Viseu, Lafões - S Pedro do Sul, Oliveira de Frades, Vouzela e Alto Paiva – Vila Nova de Paiva. Envolvida pelos maciços das serras da Gralheira (1.120 metros de altitude), Leomil (1.008 metros de altitude) e/ou Caramulo (1.1071 metros de altitude), com paisagens verdejantes e rios alimentados de águas cristalinas abundam a rede hidrográfica, sobressaindo os rios Vouga e Paiva (menos poluídas da Europa), envolvendo florestas, áreas de cultivo diversificadas, áreas forrageiras, frutos frescos e vinha, associada a um povoamento rural, essencialmente, concentrado em aldeias e vilas.

3. Caracterização da Parceria

A parceria GAL ADDLAP é constituída por 6XX entidades representativas da dinâmica socio territorial e das atividades com maior relevância. Integra instituições que vão desde a administração pública local, ensino superior, básico e secundário, investigação, empresas e respetivas associações, agricultura e floresta, proteção do ambiente, turismo, cultura, desporto, saúde, património/cultura ao apoio social. Como grande parte dos parceiros são coletivos, o número de pessoas abrangidas será, exponencialmente, superior.

No âmbito dos sectores definidos no presente aviso os parceiros estão distribuídos da seguinte forma: 18% outros (que inclui comércio, financeiro, administração local, desporto, empresariais e comunicação social), 16%- Património/Cultura. 16% Social, 13%-Educação, 10%-Agricultura, 9%-Turismo, 8%-Floresta, 5%-Agroalimentar, 3%-Ambiente e 2%-Indústria. Dado que o CAE apresenta algumas limitações para identificação do sector de atividade, nomeadamente quando é generalista, sobretudo na divisão 93, 94 e 95, foram utilizados elementos adicionais como estatutos, pacto social, relatórios de atividades e contas para fundamentar o enquadramento (Anexo 3 - Nota Explicativa – Parceiro/Setor).

Consideramos que relativamente à candidatura DLBC Rural 2014-2020 mantém-se os sectores e aumentou o número de parceiros para 68. Destaca-se o património/cultura, área social, educação, agricultura e turismo, áreas essenciais para a mobilização da estratégia.

Nos territórios de baixa densidade as entidades do setor social são responsáveis pelo apoio social e consequentemente asseguram a qualidade de vida das populações rurais, dado o envelhecimento da população. Dinamizam atividades culturais e desportivas para a população sénior, mas também para crianças e jovens criando, assim, emprego, tornando as áreas rurais mais inclusivas. Representam um forte alinhamento com OE8 - Promover o Emprego, o crescimento e a inclusão social e do desenvolvimento local das zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e silvicultura sustentável do PEPAC.

Modelo Organizacional:

Os órgãos de governação do DLBC integram-se numa das seguintes categorias de acordo com a natureza das funções que exercem: Comissão de Acompanhamento Estratégico (CAE) e Órgão de Gestão (OG). A CAE é um órgão de acompanhamento do GAL ADDLAP, assegurando a participação dos parceiros, identificando soluções e gerindo oportunidades. Quanto ao Órgão de Gestão compete-lhe a dinamização e gestão da EDL.

Estes órgãos sociais e as respetivas atividades da parceria são assessorados pela Equipa Técnica Local (ETL), que funciona no âmbito da ADDLAP, e que é constituída por um coordenador que presta apoio ao Órgão de Gestão e uma equipa técnica local multidisciplinar. Compete à ETL prestar apoio técnico ao coordenador geral e ao Órgão de Gestão. O regulamento da parceria, aprovado em reunião do CAE garante os princípios da transparência, da não discriminação, bem como previne eventuais conflitos de interesses

4. Diagnóstico da situação do território de intervenção, através da análise SWOT

A partir do diagnóstico da situação do território de intervenção definiram-se para as áreas em análise, na presente candidatura, os desafios que se devem ter em conta, no âmbito da presente intervenção, que são comuns aos territórios de baixa densidade e a todo o mundo rural.

i. População

Pontos Fortes:

- saldo migratório positivo nos últimos anos (regresso da diáspora) que influencia, uma tendência, ainda que ligeira, de crescimento efetivo da população.

Áreas de melhoria:

- diminuição da população na década 2011-2021;
- envelhecimento populacional e saldo natural negativo;
- despovoamento progressivo das áreas rurais.

Desafios:

- inverter o cenário demográfico regressivo através da tomada de medidas focadas em reforçar a atratividade dos concelhos da ADDLAP, fixar e captar população (especialmente estrangeira) e investimentos (empresas) em todos os setores, mas com especial ênfase nas áreas de especialização económica dos territórios – agricultura (vinha, frutícolas e produção animal), indústria transformadora e turismo;
- qualificar e reforçar as respostas sociais para diferentes grupos, nomeadamente crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidade e respostas inovadoras de apoio às famílias.

ii. Economia e Emprego

Pontos fortes:

- tendência de redução do desemprego;
- dinâmica empresarial positiva;
- especialização económica - agricultura e turismo;
- ecossistema de suporte ao desenvolvimento económico.

Áreas de melhoria:

- baixos rendimentos;
- diminuição do número de empresas e do investimento no CAE A;
- subaproveitamento da floresta do ponto de vista económico com claro impacto na sua gestão sustentável;
- indisponibilidade de mão-de-obra face às necessidades das empresas;
- forte centralização de estruturas e serviços de apoio no concelho de Viseu;
- empresas tecnológicas com pouca expressão.

Desafios:

- densificar a base económica local valorizando os recursos endógenos e as atividades económicas existentes. Modernizar os setores para aumentar o emprego, captar mão-de-obra qualificada e aumentar o valor acrescentado gerado e retido localmente;
- valorizar as oportunidades de financiamento disponíveis;
- reforçar a aposta na investigação, transferência tecnológica e inovação das áreas de especialização aumentando o valor acrescentado dos produtos da região;
- promover um contexto favorável ao empreendedorismo e à atração de investimento através da criação e qualificação de espaços de acolhimento empresarial, com modelos urbanísticos adaptados às necessidades das indústrias e trabalhadores;
- incrementar o apoio às microempresas promovido pelos GAL, por via de uma maior autonomia na gestão de processos e identificação das empresas e setores a apoiar;
- apoiar a especialização técnica de RH e flexibilizar os modelos de aprendizagem e capacitação, discriminando positivamente as carreiras associadas às áreas de especialização local e outras e promovendo parcerias entre as instituições de ensino e empresas.

iii. Recursos naturais e culturais

Pontos fortes:

- elementos patrimoniais, culturais e paisagísticos distintivos, inseridos em áreas de importância ambiental;

- património classificado;
- eventos de importância regional e nacional;
- termas.

Áreas de melhoria:

- diferenciação e inovação nos modelos de valorização de recursos naturais e culturais, nomeadamente eventos e atividades de animação;
- reconhecimento externo - escassa associação de alguns produtos locais ao TI.

Desafios:

- valorizar a heterogeneidade territorial, nomeadamente as diferentes características dos concelhos da ADDLAP, o património cultural e natural e a cultura/identidade como ativos essenciais para a qualidade de vida, captação e retenção de população (recursos humanos, com a necessária complementaridade com uma intervenção proactiva na habitação e emprego) e consolidação e capitalização da atividade turística, reforçando a complementaridade dos territórios;
- potenciar as marcas e produtos do território, especialmente as consolidadas que têm ainda capacidade de crescer, como as Termas (São Pedro do Sul e Alcafache), o vinho do Dão, gastronomia, etc.

iv. Produção, infraestruturas e serviços básicos

Pontos fortes:

- rede escolar, com todos os níveis e complementada com o ensino profissional e superior;
- produtos locais reconhecidos e classificados;
- múltiplas respostas sociais;
- rede de mercados locais e promoção de cadeias curtas.

Áreas de melhoria:

- níveis de escolaridade baixos, especialmente nas freguesias rurais;
- concentração de infraestruturas tecnológicas e serviços de apoio às empresas no concelho de Viseu;
- inexistência de organizações de produtores reconhecidas no território do GAL;
- rede de acessibilidades rodó e ferroviárias, nomeadamente internas.

Desafios:

- promover o sucesso escolar e a contínua melhoria das qualificações da população e fomentar as relações entre os níveis de ensino (profissional e superior) com as empresas;
- reforçar políticas ativas de emprego tendo em vista a criação e a manutenção de postos de trabalho, inserção de jovens e desempregados na vida ativa e a aprendizagem ao longo da vida;
- investir no lazer, cultura e desporto (atividades e infraestruturas de suporte), enquanto âncoras de inclusão social, da promoção de estilos de vida saudáveis e do turismo;
- concretizar uma abordagem integrada de desenvolvimento e aumento da competitividade, através de intervenções multinível (intermunicipal e regional) e multidisciplinar, com articulação institucional de diversas entidades em múltiplos domínios (destaque para as autarquias locais) em domínios como: habitação; reabilitação urbana; mobilidade/acessibilidades; conectividade e emprego;
- reforçar as estruturas e serviços de apoio à comunidade (apoio social) e às empresas (lógicas comunitárias na concretização de investimentos para múltiplos agentes económicos) – promoção de lógicas de rede e gestão eficiente de recursos e investimentos.

v. Transição energética e digital

Pontos fortes:

- fortes melhorias no domínio da conectividade;
- decréscimo do consumo de energia;
- crescimento da produção de energia eólica.

Áreas de melhoria:

- baixa conectividade e digitalização no território, especialmente áreas mais rurais que carecem de infraestruturação e serviços de telecomunicações e internet.

Desafios:

- priorizar a eficiência e a autonomia hídrica e energética em todos os setores (indústria, produção agrícola, turismo, entidades do terceiro setor, administração pública, etc.) com a correspondente adaptação de medidas e programas de apoio que permitam a adoção de modelos de menor impacto ambiental (equipamentos, sistemas, veículos, etc.) e a sustentabilidade financeira das instituições neste domínio;
- apostar na digitalização gerando capacidade de incorporação de novos modelos de trabalho e de produção que permitam que os agentes de desenvolvimento (empresariais, do terceiro setor/sociais, administração ou a própria comunidade) consigam incorporar soluções inovadoras que reforcem a sua competitividade, sustentabilidade e capacidade de adaptação e resiliência a diferentes contextos (intempéries, incêndios, pandemias, etc.);
- reforçar a digitalização e a conectividade através da modernização, capacitação digital aplicada às empresas, produtores, instituições, administração pública e comunidade local, e maximizar a cobertura e os níveis de serviços das infraestruturas de comunicação;
- reforçar a capacitação e incentivos à transição verde e à transição digital, interligados com a aposta na inovação e transferência de tecnologia, conectividade e sustentabilidade, destacando-se o setor da energia e a economia circular.

vi. Sustentabilidade e Clima

Pontos fortes:

- melhorias no que se refere à gestão e valorização de resíduos;
- deslocações pendulares de proximidade.

Áreas de melhoria:

- destino principal dos resíduos urbanos é ainda o aterro;
- fluxos pendulares em automóvel individual;
- elevadas emissões de GEE, especialmente no setor dos transportes;
- incêndios rurais.

Desafios:

- implementar políticas de base local que intervenham em todos os domínios do Pacto Ecológico Europeu, através de abordagens integradas que considerem as interdependências das intervenções públicas e privadas em detrimento da abordagem fragmentada vigente e assumindo o DLBC como instrumento-chave (reforço de tipologias de intervenção e orçamento – reabilitação de aldeias, gestão florestal, diversificação da base económica e circuitos curtos);
- implementar medidas de prevenção, mitigação e aumento da resiliência do território da ADDLAP face às alterações climáticas, nomeadamente aos fenómenos meteorológicos extremos que se prevê serem cada vez mais regulares e intensos (precipitação excessiva, ondas de calor, secas, vento forte, etc.) e que potenciam eventos de risco, como são os incêndios florestais, por exemplo;
- gerir eficientemente os recursos, potenciando a capacidade de resposta e de adaptação, através do reordenamento da floresta, medidas de proteção e gestão ambiental, promoção da economia circular, apoio à utilização e refuncionalização de espaços (terrenos agrícolas, florestais, edificado) com o necessário reforço de apoios à conservação e valorização dos recursos hídricos, geológicos, florestais e da paisagem (nomeadamente a humanizada);
- atuar ativamente na gestão florestal como modelo sustentável de promoção da resiliência do território e melhoria da base económica local.

vii. Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil

Pontos fortes:

- proactividade da ADDLAP e dos parceiros do GAL na dinamização de atividades, sinergias e projetos de cooperação;
- rede de instituições da economia social.

Áreas de melhoria:

- ausência de instrumentos e não inclusão de apoios ao setor social no DLBC Rural (PDR 2020 e abordagem multifundo) no período 2014-2020, condicionou fortemente a capacidade de intervenção do GAL.

Desafios:

- reforçar políticas e instrumentos de suporte ao desenvolvimento de base local: (i) Valorização da abordagem LEADER, (ii) Articulação institucional multinível: ADDLAP + Autarquias + CIM + CCDRC;
- monitorizar resultados de forma regular e permanente, através de um sistema local de indicadores que permita à ADDLAP verificar se a sua estratégia e concretização de projetos está a cumprir os objetivos e a alcançar as metas estabelecidas, através da implementação de momentos regulares de trabalho colaborativo num sistema sub-regional com a comunidade e os agentes locais;
- fomentar uma abordagem integrada ao desenvolvimento do território em detrimento de abordagens segmentadas associadas a diferentes envelopes financeiros;
- incorporar as competências recentemente descentralizadas para as autarquias nos modelos de gestão e orgânica municipais, com os necessários ajustes e transferências de recursos humanos, técnicos e financeiros;
- apoiar o empreendedorismo social, estimulando a criação de uma dinâmica de atividades que ofereçam respostas às diferentes necessidades de uma comunidade em transformação (mais envelhecida, novas culturas, famílias monoparentais, etc.).

5. Identificação dos desafios a que a parceria pretende dar resposta através da implementação da EDL

Na identificação dos desafios a que a parceria pretende dar resposta através da implementação da EDL, perspetiva-se que em 2030 o território de intervenção do GAL ADDLAP se distinga pela preservação e valorização dos recursos e produtos que sustentam os setores de especialização do território, nomeadamente os que estão na base da marca da ADDLAP - terra, água, floresta e montanha, através da continuada aposta na:

- valorização da identidade e resiliência rural e urbana (rururbana), potenciando o surgimento de novas oportunidades, focadas não apenas na tradição, mas também na transferência de tecnologia e na inovação e na abordagem económica ao sistema agroflorestal enquanto ativo económico sub-regional;
- criação de sinergias e cooperação, num ambiente atrativo e favorável à transição verde e ao desenvolvimento económico, promotores da qualidade de vida da população (atual e futura).

Neste contexto é definida a seguinte visão/enfoque temático, complementada por 5 objetivos estratégicos (OE) aos quais estão associadas as 13 áreas de intervenção (AI).

Visão/Enfoque temático: ADDLAP 2030 Uma identidade rural e urbana forte, caracterizada pela conexão e resiliência suportada pela Economia da Terra, Ruralidade Moderna, Território de Bem estar e Coesão e Marcas do Território.

Objetivos Específicos / Áreas de Intervenção

OE I. DESENVOLVER UMA ECONOMIA DA TERRA, MAIS VERDE, SOCIAL E CIRCULAR
AI.1 Agricultura e floresta sustentáveis: gerir eficientemente os recursos, potenciando a capacidade de resposta e de adaptação aos riscos, através do ordenamento da floresta, iniciativas e medidas de proteção e gestão ambiental e capitalizando os ativos, promovendo a multifuncionalidade dos espaços agroflorestais, a modernização das explorações agrícolas, o investimento nas agroindústrias, tornando a agricultura e a floresta a base de atividades económicas diferenciadoras e sustentáveis.
AI.2 Transição energética e economia circular: fomentar a transição energética do território,

nomeadamente através da produção e utilização de energias limpas e renováveis, diminuindo a pegada ecológica dos agentes e criando uma comunidade autossuficiente e sustentável, atuando na mobilidade e promovendo a economia circular.
AI.3 Sustentabilidade e prevenção de riscos: implementar medidas de prevenção e mitigação que tenham em vista a resiliência do território da ADDLAP face às alterações climáticas, nomeadamente aos vários fenómenos meteorológicos extremos que se prevê serem cada vez mais regulares e intensos e eventos de risco associados.
OE II. PROMOVER UMA RURALIDADE MODERNA - EMPREENDEDORA, COMPETITIVA E COLABORATIVA
AI.4 Empreendedorismo, apoio às empresas e comércio de proximidade: criar um ambiente favorável ao empreendedorismo no território de intervenção, através da promoção novas dinâmicas/atividades que respondam às necessidades do território (empreendedorismo social, por exemplo, ligado à população mais envelhecida e às culturas dos novos residentes) e fixação de empresas no território, apoiando as empresas existentes a criar relações com as entidades locais e regionais, atraindo novos investimentos para o território.
AI.5 Digitalização e inovação tecnológica e empresarial: reforçar a capacitação e incentivos à transição digital, domínio fundamental para fazer face a mudanças estruturais à escala global e para aumentar a competitividade do tecido económico, interligando com a aposta na conectividade do território na sua totalidade, e impulsionando a inovação e transferência de tecnologia e conhecimento.
AI.6 Redes colaborativas e de cooperação: reforçar a colaboração num sistema sub-regional, criando redes próximas entre a comunidade, empresas e entidades de ensino desde o secundário científico e profissional e o ensino superior e fomentar a integração e participação ativa em redes e projetos de cooperação/projetos internacionais.
OE III. CONSOLIDAR UM TERRITÓRIO DE BEM-ESTAR E DE COESÃO - TERRITÓRIO DE SUCESSO EDUCATIVO E DE ACESSO À CULTURA E À SAÚDE
AI.7 Qualificações e competências digitais: promover relações mais próximas dos estabelecimentos de ensino com o tecido empresarial, sensibilizando os jovens estudantes para as oportunidades e áreas de especialização no território, fomentando o empreendedorismo e criando sinergias que permitam aos trabalhadores das empresas fazer formações e aumentar as suas capacidade e qualificações ao longo da vida, adaptando-se a novos desafios, oportunidades e necessidades.
AI.8 Sustentabilidade demográfica: alavancar a atração e fixação da população, nomeadamente jovem e em idade ativa, através da disponibilização e apoios à habitação e ao empreendedorismo, proporcionando vantagens para reabilitação e reabilitação das áreas rurais e das aldeias que permitam fixar imigrantes, mas também nómadas digitais e trabalhadores com regimes flexíveis de trabalho que criem novas dinâmicas e atraiam consigo novos serviços e atividades para a resposta às suas necessidades.
AI.9 Inclusão e inovação social: envolver e integrar a população mais vulnerável dos territórios através do empreendedorismo social e do desenvolvimento de ações e atividades que ofereçam respostas às diferentes necessidades de uma comunidade em contínua transformação.
AI.10 Serviços de interesse geral: incrementar a sustentabilidade demográfica, através da melhoria e acesso aos serviços públicos e equipamentos (saúde, educação, apoio social e cultura), criando novos modelos destes serviços adaptando-os à realidade rural.
OE IV. DAR UMA NOVA VISIBILIDADE ÀS “MARCAS” DO TERRITÓRIO
AI.11 Marketing territorial: implementar uma estratégia integrada de marketing territorial e reabilitação das aldeias para a promoção do território para residentes, investidores e turismo que dê a conhecer a região e as vantagens de viver, investir e descobrir o mesmo, a nível nacional e internacional, expandindo mercados além dos tradicionais e aumentando a sustentabilidade demográfica e económica do território.
AI.12 Turismo e património: apoiar o crescimento do turismo no território de intervenção proposto, fomentado a diversificação de atividades e produtos, complementaridades entre os empresários do setor, instituições e autarquias e o desenvolvimento de um turismo sustentável e sustentado que

promova o reconhecimento da identidade local e a valorização e preservação dos ativos com potencial turístico.

AI.13 Capacitação digital e institucional: reforçar a capacitação dos agentes do território, nomeadamente dos colaboradores do GAL e parceiros, iniciando a transição digital de dentro para fora, dando novas aptidões e habilitações às entidades designadas para que possam contribuir para o apoio às empresas, instituições e comunidade com sapiência e o conhecimento adequado, especialmente no que respeita às áreas de atuação do GAL incluindo a literacia digital.

Tabela 1. Correlação entre OE, Áreas de Intervenção do DLBC e Linhas de Ação / com as necessidades principais e complementares do OE8 do PEPAC

OE e AI		AI				AI				AI					AI		
Linhas de Ação	OE I	AI.1 Agricultura e floresta sustentáveis	AI.2 Transição energética e economia circular	AI.3 Sustentabilidade e prevenção de riscos	OE II	AI.4 Empreendedorismo, apoio às empresas e comércio de proximidade	AI.5 Digitalização e inovação tecnológica e empresarial	AI.6 Redes colaborativas e de cooperação	OE III	AI.7 Qualificações e competências digitais	AI.8 Sustentabilidade e demográfica	AI.9 Inclusão e inovação social	AI.10 Serviços de interesse geral	OE IV	AI.11 Marketing territorial	AI.12 Turismo e património	AI.13 Capacitação digital e institucional
PTOE8N1	●	+++	++	++	●	+++	++	+++	●	++	++	+++	+++	●	++	++	++
PTOE8N2	●	++	+++	++													
COE8N1	●	++	+	++	●	++	+++	++									
COE8N2					●	+++	++	++						●	+++	+++	+
COE8N5	●	++	+++	++	●	+++	++	++						●	+	+++	++
COE8N6	●	++	+++	+++													
COE8N7	●	++	++	++	●	++	++	++	●	++	++	++	++	●	++	++	++
COE1N5	●	+++	+	+	●	+++	+++	+++	●	+++	++	+	+	●	++	+++	++
COE2N1	●	++	+	+++										●	+++	+++	+
PTOE2N1	●	++	+++	+++	●	+++	+++	++	●	+++	+++	++	+++	●	+	+++	++
PTOE4N1	●	+++	+++	+++													
COE4N5	●	++	+++	+++													
PTOE4N2	●	++	+++	++													
PTOE6N1	●	+	+	+++													
COE6N4	●	++	+	+++													
COE6N5	●	+++	++	+++													
COE6N6	●	++	+	+++										●	+	+++	++
COE7N5					●	++	++	++	●	++	+++	+++	+++	●	++	++	++
COE9N5	●	+++	++	++	●	++	++	++									
COE9N8					●	+++	+	++	●	++	+	++	+++				
PTOTN1					●	+++	+++	+++						●	++	+	++
PTOTN2					●	++	+++	+++	●	+++	++	++	+				
PTOTN4	●	++	++	++	●	++	++	+++	●	+++	++	++	++	●	+	+	+
PTOTN3	●	++	++	++	●	++	++	+++	●	+++	+++	++	++				

Legenda:

Linhas de ação correspondentes a necessidades principais identificadas no PEPAC

Linhas de ação correspondentes a necessidades complementares identificadas no PEPAC

contributo determinante: +++ contributo significativo: ++ contributo moderado: +

6. Na identificação das reuniões, eventos e outros momentos de envolvimento das comunidades locais, tendo em vista a elaboração da EDL e a constituição/reforço da parceria realizou-se em 2 formatos de participação:

i. Formato de participação desmaterializada: disponibilização de inquéritos por questionário realizados em dois momentos. O primeiro realizado em 1 fevereiro 2021, com disponibilização de um questionário online que obteve contributos de 24 entidades. O segundo momento realizado entre dezembro de 2022 e fevereiro 2023 para que qualquer entidade e cidadão, de forma anónima participasse. Neste foram obtidas cerca de meia centena de respostas.

ii. Formato de participação presencial:

- Reuniões da parceria/Comissão de Acompanhamento Estratégico e reuniões regulares do Órgão de Gestão que, sendo constituídos por entidades representativas das populações e de setores de atividade, em muito contribuíram para uma recolha permanente de opiniões e sugestões.

Durante o mês de fevereiro de 2021, no âmbito do desenvolvimento do relatório “Instrumentos de Avaliação do DLBC e Visão Estratégica para o Futuro”, que visou a avaliação da EDL 2014-2020 e o início da preparação para a presente EDL, foram realizadas diversas sessões de auscultação em diferentes formatos com 21 entidades locais estratégicas.

- Reuniões com entidades estratégicas, cuja atuação tem um impacto e contributo direto no desenvolvimento do TI. Assim, entre dezembro de 2022 e março de 2023 foram realizadas 12 reuniões / entrevistas a representantes entidades (municípios, CCDRC, ICNF, IPV, DRAPC, CIMVDL e CVR Dão).

- Sessões de trabalho temáticas: “A construção da EDL 2030 – desafios no domínio da Competitividade e Desenvolvimento Económico” e “A construção da EDL 2030 – desafios no domínio da Coesão Social e Territorial” realizadas a 18 de janeiro de 2023, tendo contado com mais de 70 participantes entre autarquias (técnicos e executivos), serviços da direção regional de agricultura, associações empresariais, turísticas, culturais e de solidariedade social, escolas, cooperativas, empresários de diferentes setores e cidadãos. Nestas sessões de trabalho foi também disponibilizado aos participantes um pequeno formulário, em formato papel, para recolha de contributos forma anónima. Foram recolhidos 31 formulários preenchidos, e ainda um contributo via e-mail, após as sessões.

No dia 22 de maio, workshop subordinado ao tema “Sustentabilidade da floresta na região Dão Lafões e Alto Paiva”, que contou com a presença de representantes dos municípios que integram a parceria, do ICNF e IPV, DRAPC, ESAV, debruçando-se sobre a gestão e preservação da floresta, a intervenção humana na floresta e a relação com as alterações climáticas Nesta sessão a participação e a partilha de contributos esteve aberta também através de um formulário distribuído e ainda um questionário online.

Tabela 2. Correlação entre OE, Áreas de Intervenção do DLBC e Linhas de Ação com as estratégias regionais e sub-regional (continua)

Estratégias regionais – linhas de ação/objetivos estratégico/eixos de intervenção		OE e AI																
		OE I	AI			OE II	AI			OE III	AI				OE IV	AI		
			AI.1 Agricultura e floresta sustentáveis	AI.2 Transição energética e economia circular	AI.3 Sustentabili- dade e prevenção de riscos		AI.4 Empreendedo- rismo, apoio às empresas e comércio de proximidade	AI.5 Digitalização e inovação tecnológica e empresarial	AI.6 Redes colaborativas e de coopera- ção		AI.7 Qualificações e competências digitais	AI.8 Sustentabilidade demográfica	AI.9 Inclusão e inovação social	AI.10 Serviços de interesse geral		AI.11 Marketing territorial	AI.12 Turismo e património	AI.13 Capacitação digital e institucional
RIS3 Centro	Valorizar recursos endógenos naturais	●	+++	+	+++										●	+++	+++	
	Desenvolver soluções industriais sustentáveis	●		++		●		++										
	Mobilizar tecnologias para a qualidade de vida																	
	Promover inovação territorial	●	+	+++	++	●	++	++	+++	●	+++	+++	+++	+++	●	+++	+++	+
PO Centro	OP1. Centro + Competitivo					●	+++	+++	+++	●	+++	+	+	+++	●			+++
	OP2. Centro + Verde	●		+++	++													
	OP3. Centro + Conectado																	
	OP4. Centro + Social e Inclusivo					●	++	+++	+++	●	+++	+++	+++	+++	●	+++	+++	
	OP5. Centro + Próximo									●		++	++	++	●	+++	+++	+

Tabela 2. Correlação entre OE, Áreas de Intervenção do DLBC e Linhas de Ação com as estratégias regionais e sub-regional (continuação)

Estratégias regionais – linhas de ação/objetivos estratégico/eixos de intervenção		OE e AI																	
		OE I	AI			OE II	AI			OE III	AI				OE IV	AI			
			AI.1 Agricultura e floresta sustentáveis	AI.2 Transição energética e economia circular	AI.3 Sustentabilidade e prevenção de riscos		AI.4 Empreendedorismo, apoio às empresas e comércio de proximidade	AI.5 Digitalização e inovação tecnológica e empresarial	AI.6 Redes colaborativas e de cooperação		AI.7 Qualificações e competências digitais	AI.8 Sustentabilidade demográfica	AI.9 Inclusão e inovação social	AI.10 Serviços de interesse geral		AI.11 Marketing territorial	AI.12 Turismo e património	AI.13 Capacitação digital e institucional	
EIDT Viseu Dão Lafões	I. Sustentabilidade Demográfica e Coesão Social					●			+++	●	++	+++	+++	+++					
	II. Educação e Competências					●		++	+++	●	+++	++	++	+++	●	+		+++	
	III. Inovação, Competitividade e Qualificação					●	+++	+++	+++	●	+++	+	+	+++	●	+++	+	+++	
	IV. Inovação e Digitalização	●		+++		●	++	+++	+	●	+++								
	V. Ambiente, Transição Energética e Economia Circular	●	+++	+++	+++	●	++		+++	●				+++					
	VI. Alterações Climáticas, Prevenção de Riscos e Proteção Civil	●	+++	+++	+++					●				+++					
	VII. Cultura, Recursos, Turismo e Atratividade									●					+++	●	+++	+++	
	VIII. Sistema Urbano Policêntrico									●	++	+++	+++	+++	+++	●	+++		++
	IX. Urbano / Rural: Espaço de Oportunidades	●	+++	+++	+++	●	+++	+++	+++	●	+++	+++	+++	+++	+++	●	+++	+++	+++
	X. Governança Inteligência Territorial e Capacitação Institucional					●	++	+++	+++	●	+++	++	+++	+++	+++	●	+++		+++

Legenda: correlação muito forte: +++ correlação forte: ++ correlação moderada: +

7. Evidências da articulação da EDL com as estratégias regionais e sub-regionais

A versão revista da RIS3 do Centro mantém os objetivos específicos (referentes às agendas para a transformação sustentável do território:

- (i) valorizar recursos endógenos naturais;
- (ii) desenvolver soluções industriais sustentáveis;
- (iii) mobilizar tecnologias para a qualidade de vida;
- (iv) promover inovação territorial.

Todos os objetivos são tidos em consideração na EDL proposta que transcreve para o universo rural do TI os “*desafios na tripla transição que urge promover, e que contará com o contributo relevante da RIS3Centro: transição verde, transição digital e transição social.*”

Nos domínios diferenciadores identificados para a Região Centro, é mais forte o alinhamento com as seguintes:

- (a) Recursos naturais e bioeconomia;
- (b) Energia e clima;
- (c) Saúde e bem-estar;
- (d) Cultura, criatividade e turismo.

O Centro 2030 no atual quadro, não integra o FEADER, e é estruturado em 5 objetivos, sendo o OE5 - Centro mais próximo, em que se incluem as abordagens territoriais integradas como a promovida pela CIMVDL, que se assinala como fundamental e de carácter complementar à EDL ADDLAP.

A EIDT Viseu Dão Lafões 2030 EIDT reforça os objetivos:

- (i) Cuidar do bem-estar e segurança dos seus cidadãos e potenciar a expressão das suas capacidades e identidade;
- (ii) Integrar o urbano e o rural num mosaico territorial único, distintivo e sustentável;
- (iii) Criar valor através da mobilização competitiva e circular dos seus recursos e ativos diferenciadores” aos quais está associado um conjunto de 10 eixos de intervenção.

Considerando que a base territorial é coincidente, os desafios assumidos pela EIDT e pela macroestratégia da ADDLAP são similares, sobressaindo as dimensões demografia, competitividade, sustentabilidade e governação e, nos eixos de intervenção, um alinhamento com o eixo transversal IX (EIDT) que reconhece a dimensão urbano/rural como um espaço de oportunidades e todos os eixos verticais que incidem sobre áreas de intervenção estruturais para o desenvolvimento do TI do GAL ADDLAP.

8/9. Plano de Ação com identificação das áreas a ser mobilizadas pelo PEPAC, tendo em conta as intervenções consideradas passíveis de implementação através do FEADER, considerando os Objectivos Específicos (OE), áreas de intervenção (AI) e necessidades, em correlação com os indicadores de resultado. A alocação por OE /Enfoque Temático encontra-se plasmada na Ficha de Candidatura.

Tabela 3. Matriz de correlação entre os resultados e a respetiva alocação previsional de verba FEADER, a macro estratégia ADDLAP 2030 (continua)

Resultados esperados na prossecução do DLBC	Alocação de verbas do FEADER	Macroestratégia ADDLAP 2030					Necessidades PEPAC
		OE	AI				
R.37 Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	5%	OE I.	1	2	3		PTOE8N1; COE8N1; COE8N2; COE8N5; COE8N6; COE8N7COE1N5; COE4N5 COE6N4; COE6N5COE7N5; PTOTN2 PTOTN4; PTOTN3
		OE II.	4	5	6		
		OE III.	7	8	9	10	
		OE IV.	11	12	13		
R.39 Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC	20%	OE I.	1	2	3		PTOE8N1; PTOE8N2; COE8N2; COE8N5; COE2N1; COE4N5; COE6N4; COE6N5; COE7N5; PTOTN2; PTOTN3
		OE II.	4	5	6		
		OE III.	7	8	9	10	
		OE IV.	11	12	13		
R.40 Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas	10%	OE I.	1	2	3		PTOE8N1; COE1N5; PTOE2N1; COE7N5; COE9N8; PTOTN2; PTOTN4; PTOTN3
		OE II.	4	5	6		
		OE III.	7	8	9	10	
		OE IV.	11	12	13		
R.41 Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC	10%	OE I.	1	2	3		PTOE8N1; COE8N2; PTOE2N1; COE7N5; COE9N5; COE9N8; PTOTN1; PTOTN2; PTOTN4; PTOTN3
		OE II.	4	5	6		
		OE III.	7	8	9	10	
		OE IV.	11	12	13		
R.42 Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados	5%	OE I.	1	2	3		PTOE8N1; COE7N5; COE9N8
		OE II.	4	5	6		
		OE III.	7	8	9	10	
		OE IV.	11	12	13		
R.9 Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos	15%	OE I.	1	2	3		PTOE8N1; COE8N1; COE1N5; PTOE4N1; PTOE4N2; PTOE6N1; COE6N4; COE6N5;
		OE II.	4	5	6		
		OE III.	7	8	9	10	
		OE IV.	11	12	13		
R.10 Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC	10%	OE I.	1	2	3		PTOE8N1; COE8N1; COE9N5; COE9N8
		OE II.	4	5	6		
		OE III.	7	8	9	10	
		OE IV.	11	12	13		
R.15 Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis: Investimentos apoiados na capacidade de produção de energias renováveis, incluindo a bioenergia (em MW)	15%	OE I.	1	2	3		PTOE8N1; COE8N5; COE8N6; COE1N5; COE2N1; COE4N5; PTOE4N2
		OE II.	4	5	6		
		OE III.	7	8	9	10	
		OE IV.	11	12	13		

Tabela 3. Matriz de correlação entre os resultados e a respetiva alocação previsional de verba FEADER, a macro estratégia ADDLAP 2030 (continuação)

Resultados esperados na prossecução do DLBC	Alocação de verbas do FEADER	Macroestratégia ADDLAP 2030					Necessidades PEPAC
		OE	AI				
R.17 Solo florestado: Área apoiada para fins de florestação, agrosilvicultura e restauração, com respetiva repartição	5%	OE I.	1	2	3		PTOE8N1; COE8N2; COE8N5; COE8N6; COE2N1; PTOE4N1; COE4N5; COE6N4; COE6N5; COE6N6
		OE II.	4	5	6		
		OE III.	7	8	9	10	
		OE IV.	11	12	13		
R.18 Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal	5%	OE I.	1	2	3		PTOE8N1; COE8N5; COE8N6; COE2N1; PTOE4N1; COE4N5; PTOE4N2; PTOE6N1; COE6N4; COE6N5; COE6N6
		OE II.	4	5	6		
		OE III.	7	8	9	10	
		OE IV.	11	12	13		

Tabela 4. Matriz de correlação entre os resultados e as 13 Áreas de Intervenção do Pano de Ação

	AI.1	AI.2	AI.3	AI.4	AI.5	AI.6	AI.7	AI.8	AI.9	AI.10	AI.11	AI.12	AI.13	TOTAL
R.9	3,75%	3,75%	3,75%	0,00%	3,75%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%
R.10	1,67%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	1,67%	0,00%	1,67%	10,00%
R.15	3,75%	3,75%	3,75%	0,00%	3,75%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%
R.17	2,50%	0,00%	2,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
R.18	1,00%	1,00%	1,00%	0,00%	1,00%	1,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
R.37	0,38%	0,38%	0,38%	0,38%	0,38%	0,38%	0,38%	0,38%	0,38%	0,38%	0,38%	0,38%	0,38%	5,00%
R.39	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	5,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%
R.40	0,77%	0,77%	0,77%	0,77%	0,77%	0,77%	0,77%	0,77%	0,77%	0,77%	0,77%	0,77%	0,77%	10,00%
R.41	0,03%	1,43%	1,43%	1,43%	1,43%	0,00%	0,00%	0,00%	1,43%	1,43%	0,00%	1,43%	0,00%	10,00%
R.42	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	1,67%	0,00%	0,00%	1,67%	5,00%
TOTAL	13,85%	17,74%	13,58%	7,58%	16,08%	8,82%	1,15%	1,15%	4,25%	5,91%	2,82%	2,58%	4,49%	100,00%